

- H. E. KROOS, *American Economic Development*, Prentice Hall, 1959.  
 D. L. KEMMERER e C. C. JONES, *American Economic History*, Nova Iorque, McGraw Hill, 1959.

Obras e artigos especializados:

- Simon KUZNETS, Long Term Changes in the National Income of the U. S. of America since 1870, *Income and wealth*, series II, Cambridge, Bowes and Bowes, 1952.  
 R. GOLDSMITH, The growth of reproducible wealth of the U. S., 1805-1950, *Income and wealth*, series II, Cambridge, Bowes and Bowes, 1952.  
 S. H. SLICHTER, *Economic growth in the United States*, Louisiana State University Press, 1961.  
 N. B. E. R. (obra coletiva), *Trends in the American Economy in the nineteenth Century*, Princeton University Press, 1960.  
 H. F. WILLIAMSON, Mass production, mass consumption and American industrial development, em *Première Conférence internationale d'Histoire économique*, Paris, Mouton, 1960.  
 T. C. COCHRAN, The Entrepreneur in American Capital Formation, em *Capital Formation and Economic growth*, N. B. E. R., Princeton University Press 1955.  
 H. J. HABAKKUK, *American and British Technology in the Nineteenth Century*, Cambridge University Press, 1962.

CAPÍTULO IV

INDUSTRIALIZAÇÃO E CRESCIMENTO  
 DE ALGUNS GRANDES PAÍSES CAPITALISTAS

SEÇÃO I. — A industrialização na Alemanha

A INFLUÊNCIA inglesa na industrialização da Alemanha é tão evidente quanto no caso da França, ainda que tenha sido relativamente menos importante. Os produtores alemães importaram máquinas de além-Mancha e apelaram para técnicos britânicos. Inúmeros são os exemplos que poderiam ilustrar esse processo e ninguém o descreveu e analisou melhor do que W. O. Henderson, em sua obra sobre a Grã-Bretanha e a industrialização da Europa<sup>(86)</sup>.

Mas, como já o acentuamos em capítulo anterior, a França representou papel não desprezível na difusão, na Europa continental, das técnicas oriundas da Grã-Bretanha e dos meios institucionais intelectuais e financeiros necessários à sua utilização. Sem querer exagerar essa influência, ela merece ser mencionada. As conquistas da Revolução e de Napoleão criaram liames econômicos e políticos entre os Estados da margem esquerda do Reno e a França. A Prússia, evidentemente, permaneceu afastada da influência francesa.

A legislação napoleônica foi favorável às trocas e à atividade econômica, rompendo as estruturas feudais. Engenheiros e funcionários franceses interessaram-se pelos recursos mineiros da Alemanha. Fundaram uma escola de minas em Geislautern em 1802. Os empresários alemães da década de 1830 valeram-se, ao mesmo tempo, de manancial inglês e de manancial francês. O tear de Jacquard foi introduzido na Alemanha e utilizado em Krefeld. O desenvolvimento da indústria da seda nessa cidade não tardou a fazer dela uma concorrente de Lião.

(86) *Britain and Industrial Europe 1750-1870*, Liverpool, University Press, 1954.

A primeira companhia de seguros foi fundada em Aachen em 1824, por Hansemann, que tomou por modelo a Companhia francesa de Seguros gerais e fez-se ajudar de empregados dessa companhia.

A partir de 1830, os franceses investiram, ao lado dos belgas, somas importantes nas minas alemãs. Os primeiros altos fornos do Ruhr empregaram operários ingleses, franceses e belgas, que recebiam salários três vezes superiores aos dos operários alemães. A Alemanha, portanto, recebeu do exterior mão-de-obra especializada e capitais, que a ajudaram a estimular sua industrialização. Mas esse atraso da Alemanha em relação aos vizinhos suscitou na classe dos empresários e dirigentes o desejo de enfrentar a concorrência estrangeira. Bem dotada de recursos naturais, a Alemanha se converteria, na segunda metade do século XIX, no primeiro país industrial do continente e em perigoso rival da Grã-Bretanha.

A história econômica da Alemanha no século XIX está estreitamente ligada à da unificação, que será realizada sob o impulso da Prússia. Os 39 Estados confederados e independentes só serão reunidos no Império alemão em 1871. Entretanto, instituir-se-á em 1834 uma união aduaneira, o *Zollverein*, que permitirá a livre circulação de homens e capitais entre todos os Estados alemães. A unidade econômica, realizada em parte por esse "mercado comum" antes da unidade política, foi um fator favorável ao estímulo do desenvolvimento industrial. Depois de recordarmos brevemente as fases da constituição do *Zollverein*, examinaremos os aspectos essenciais do crescimento e do desenvolvimento da Alemanha, entre os quais se destacam o progresso da agricultura, a pressão demográfica, os setores motores e o papel do Estado.

#### § 1. O ZOLLVEREIN

A partir de 1815, o governo prusiano resolveu desenvolver a indústria e o comércio. Fez dois empréstimos sobre a praça de Londres, em 1818 e em 1822, a fim de restabelecer a situação das finanças públicas. Motz, ministro das Finanças, vendeu parte das terras da Coroa, reformou o fiscalismo e fomentou a construção de estradas. Benth, subsecretário de Estado para o Comércio e para a Indústria, de 1815 a 1845, foi um dos principais artífices da industrialização da Prússia. Fundou o "Instituto técnico" de Berlim e a "Associação para a promoção do conhecimento técnico". Rother, secretário para o Comércio exterior (1820-1848), controlava grande número de empresas nacionalizadas na indústria têxtil; na classe dos moleiros, na metalurgia, na indús-

tria química. Reorganizou o Banco da Prússia, enquanto outros funcionários lidavam por incentivar a economia no resto do país.

O papel econômico do Estado prussiano estendeu-se a toda a Alemanha, não somente pela ativa participação na construção das estradas de ferro, a partir de 1840-1850, mas sobretudo pela fundação do *Zollverein*. W. O. Henderson é de parecer que essa união aduaneira foi a contribuição mais importante feita pela Prússia à restauração da economia alemã após as guerras napoleônicas.

Em 1818, estabeleceu a Prússia nova tarifa aduaneira, muito mais branda e mais simples que a que, então, se aplicava. Grande número de produtos manufaturados, a partir desse instante, passou a pagar apenas 10% de direitos, apesar da concorrência inglesa. Dessa maneira, a Prússia tomava posição em favor de um comércio relativamente livre. Os outros Estados alemães haviam compreendido perfeitamente a necessidade de estabelecerem uma união aduaneira entre si, mas as complexas rivalidades e a oposição entre a Austria protecionista e a Prússia partidária da liberdade de comércio paralisavam as iniciativas. A 18 de janeiro de 1828, a Baviera e o Württemberg decidiram firmar uma união aduaneira. No dia 14 de fevereiro de 1828, assinava-se um acordo com a mesma finalidade entre a Prússia e o Hesse-Darmstadt. Foi então que os outros Estados se amedrontaram e formaram a "União comercial da Alemanha média", cujo único objetivo era o de se opor ao *Zollverein* e à hegemonia prussiana. Não adotaram uma tarifa exterior comum e foram incapazes de estender sua rede viária, se bem tivessem manifestado a intenção de fazê-lo. Motz encarregou-se da construção de estradas destinadas a ligar as uniões aduaneiras de Hesse-Darmstadt e da Baviera-Württemberg. A pouco e pouco, os Estados desertaram a União comercial para juntar-se à União aduaneira da Prússia-Hesse-Darmstadt. Finalmente, a Baviera e o Württemberg fizeram o mesmo: estava assim fundado, em 1834, o *Zollverein* alemão. Os países membros haviam-se comprometido a adotar a tarifa exterior da Prússia e esta se via incumbida de levar adiante todas as negociações comerciais com os demais países. Previsto, a princípio, para oito anos, *Zollverein* foi duas vezes restabelecido para vigorar durante períodos de doze anos. Existia um Congresso do *Zollverein*, que se reunia no momento da renovação do tratado e que detinha, com exclusividade, o poder de modificar as tarifas aduaneiras.

Esse mercado único, realizado entre todos os Estados alemães, era uma condição (uma pré-condição segundo o vocabulário de Rostow) da arrancada do crescimento industrial. É quase

ocioso insistir — pois não se trata de uma questão de doutrina, senão de lógica — em demonstrar que uns trinta Estadosinhos soberanos e separados por barreiras alfandegárias não teriam construído facilmente suas vias de comunicação e teriam dificultado os movimentos de mão-de-obra e de capitais. Enquanto aguardava a unificação política de 1871, conseguira a Alemanha, através do *Zollverein*, criar uma unidade econômica favorável ao estímulo da industrialização e do crescimento. Vejamos quais foram seus traços essenciais e suas principais fases.

## § 2. AS FASES DO CRESCIMENTO

A história econômica da Alemanha mostra-nos que o papel do Estado não foi insignificante no processo de industrialização. Basta lembrar aqui que, na construção das estradas de ferro, na exploração das minas, dos bancos, dos seguros, da propriedade imóvel, o governo prussiano representou papel decisivo.

### A) Demografia e agricultura

A revolução industrial na Alemanha não se verificou sem uma revolução agrícola e demográfica. O tipo de análise utilizado no caso da Grã-Bretanha e da França também conviria à evolução demográfica alemã no curso do século XIX. A população da Alemanha passou de 24 600 000 em 1800 para 36 000 000 em 1850 e 56 000 000 em 1900. Às causas habituais dessa evolução (veja cap. I e II) cumpre-nos ajuntar aqui as conseqüências do repúdio do regime feudal. A emancipação dos camponeses nos Estados alemães entre 1783 e 1850 foi favorável aos nascimentos, mormente na Alemanha Oriental, onde a servidão estava largamente difundida. As leis de emancipação foram adotadas no Estado de Bade desde 1783; na Prússia, em 1807; na Baviera, em 1808; no Württemberg, em 1819. Em conjunto, a liberação dos camponeses concluiu-se por volta de 1830 na Alemanha Ocidental, ao passo que a resistência dos grandes proprietários do Leste a retardou até 1840-1850. O abandono da servidão favorecia, ao mesmo tempo, a natalidade, a mobilidade da mão-de-obra e seu rendimento. A mão-de-obra livre trabalha sempre melhor do que a mão-de-obra serva e a agricultura não podia deixar de beneficiar-se com a rejeição de certas práticas feudais.

O sistema dos terrenos alqueivados foi largado aos poucos: quando, em 1800, os alqueives representavam uma quarta parte do solo cultivável, em 1861 imobilizavam apenas 16 a 18% e cerca de 4% no fim do século.

Podem distinguir-se três fases na evolução da produção agrícola: no correr da primeira, que vai de 1810-1815 a 1860-1865, o coeficiente de crescimento médio anual foi de 1,9%. A extensão da superfície cultivável e o aumento da produtividade foram as duas causas principais desse movimento. A segunda estende-se até 1890 e foi assinalada por uma estagnação da produção. O coeficiente de crescimento caiu para 0,7%, mas como estivesse concluído o desenvolvimento das terras cultivadas, esse aumento resultou tão-somente de uma fraca melhoria da produtividade. De 1890 a 1913, o aumento da produtividade permitiu um acréscimo médio anual de 2% da produção. O emprêgo cada vez mais importante dos adubos foi a causa principal dessa elevação da renda agrícola<sup>(87)</sup>.

### B) O desenvolvimento industrial

A revolução industrial iniciou-se mais tarde na Alemanha do que na Grã-Bretanha e na França. Essa diferença explica por que a construção das estradas de ferro pôde desempenhar um papel motor no processo de industrialização. A procura de equipamentos ferroviários provocou a expansão da produção de carvão, de ferro e de aço. A economia alemã orientou-se desde o princípio para a indústria pesada. Foi possível observar uma relação direta entre o ritmo de construção das estradas de ferro e as flutuações da produção dos bens de equipamento. Não se deve deixar de recordar, entretanto, que o governo prussiano havia estimulado diretamente a produção de ferro e de carvão desde o meado do século XVIII. Esses recursos são diretamente necessários à fabricação de armamentos e bens de produção.

Segundo Rostow e os autores que lhe adotam o aparelho de análise, a fase de decolagem teria ocorrido na Alemanha entre 1830 e 1860-1865. Foi, portanto, a partir do momento em que principiou a funcionar o *Zollverein* que a economia alemã pôde industrializar-se. Entre 1834 e 1860 a taxa de crescimento médio anual da produção de bens de equipamento atingiu 6,3%, enquanto a taxa de crescimento da produção de bens de consumo não passava de 2%<sup>(88)</sup>. A primeira via férrea, que ligava Nuremberg a Fürth, na Baviera, constituiu-se em 1835 e a primeira linha importante, Dresde-Leipzig, entrou em serviço em 1839. Apesar

(87) Estes algarismos foram tirados do artigo de W. G. HOFFMAN, *The Take off in Germany*, publicado na obra editada por W. W. ROSTOW, *The Economics of take off into sustained growth*, Londres, Macmillan, 1963, p. 95 a 118.

(88) Cálculos de W. G. HOFFMANN, *Op. cit.*, p. 106 e 108.

das iniciativas dispersas de cada Estado foi a Alemanha quem, afinal de contas, chegou à frente dos países do continente com mais de 6 000 km de estradas de ferro em 1850 em confronto com os 3 000 km da França. A Inglaterra ocupava, então, o primeiro lugar com 10 500 km. Desde o meado do século, a Alemanha já construía três linhas transversais do Leste para o Oeste e três linhas que ligavam as regiões do Norte às do Sul.

Só em 1841 se construíram as primeiras locomotivas na Alemanha. Até esse momento havia sido importado material inglês e tinham sido convocados técnicos britânicos. Mas o governo da Prússia enviou engenheiros à Inglaterra, que foram capazes, ao

QUADRO I

Comprimento das vias férreas construídas  
(Em km)

	Alemanha (território de 1871)	Bélgica	França	Itália	Grã-Bretanha
1850 .....	6 000	900	3 000	400	10 500
1870 .....	19 500	3 000	17 500	6 000	24 500
1890 .....	43 000	5 000	36 500	13 000	33 000
1910 .....	61 000	8 500	49 500	17 000	38 000

Fonte: J. H. CLAPHAM, *The Economic Development of France and Germany (1815-1914)*, Cambridge University Press, 4.ª ed., 1961, p. 339.

regressar, de ensinar os métodos ingleses de fabricação. Não tardou que a indústria alemã pudesse produzir locomotivas, vagões e trilhos, aumentando, assim, a produção de carvão, ferro e aço. Em 1820, a produção de carvão atingia 1 milhão de toneladas em todo o território alemão (minas do Ruhr, do Sarre e da Alta Silésia); em 1850, era de aproximadamente 6 milhões de toneladas. A produção de ferro fundido passou de 46 000 toneladas em 1810 para 529 000 toneladas em 1850.

A construção naval desenvolveu-se igualmente de maneira importante durante esse período de decolagem dos anos de 1830-1860, como o indicam os algarismos do quadro II abaixo. A construção dos meios de transporte arrastou, portanto, a economia alemã para a sua "revolução industrial". Ocorrendo após a revolução industrial inglesa e francesa, ela aproveitava os progressos técnicos já obtidos pelos países vizinhos. As iniciativas do Estado no domínio econômico e a organização de uma rede de

vias de comunicações auxiliaram poderosamente a industrialização da Alemanha. A abundância dos recursos de carvão e minérios acelerou o desenvolvimento de uma economia industrial que, pouco depois, dominaria o continente europeu.

QUADRO II

Marinha Mercante  
(Em toneladas)

1816 .....	291 000	1850 .....	534 000
1820 .....	276 000	1860 .....	812 000
1830 .....	276 000	1865 .....	933 000
1840 .....	367 000	1870 .....	1 000 000

Fonte: W. G. HOFFMANN, *The Take-off in Germany*, op. cit., p. 104.

## SEÇÃO II. — A industrialização da Rússia

A industrialização da Rússia só se verificou no fim do século XIX, num país atrasadíssimo em relação aos vizinhos europeus. O sistema feudal prolongou-se pelo século afora, quando já havia desaparecido completamente da Europa Ocidental. As estruturas políticas, econômicas, sociais e mentais ofereceram considerável resistência ao progresso técnico, mas a Rússia — sob o impulso do Estado — pôde tirar proveito dos conhecimentos adquiridos nos outros países capitalistas industrializados. O padrão de desenvolvimento russo até a Revolução de 1917 apresenta, por conseguinte, traços particulares que não se encontram — pelo menos no mesmo grau — nos demais países.

### § 1. A EMANCIPAÇÃO DOS SERVOS E A REFORMA AGRÁRIA

A emancipação dos camponeses em 1861 e a reforma agrária que a acompanhou não surtiram efeito sensível na produtividade agrícola e, portanto, no poder aquisitivo da agricultura. Essa ausência de progresso real estorvou seriamente a industrialização do país. Vimos que, na Inglaterra, a revolução agrícola precedeu nitidamente a revolução industrial e a favoreceu, aumentando a procura camponesa dos bens de consumo. De um modo geral, podemos admitir, daqui por diante, que seria impossível uma arrancada na industrialização sem o desenvolvimento da agricultura. Numa economia pré-industrial a expansão da procura interna depende, primeiro, da agricultura.

A Rússia era um país relativamente insulado, em virtude da extensão do seu território e da sua posição geográfica. A expansão territorial e o impulso demográfico fizeram passar a população de 13 000 000 de habitantes no princípio do século XVIII para 37 000 000 em 1800, 60 milhões em 1850 e 111 milhões em 1900.

A derrota da Criméia abriu os olhos dos dirigentes russos para o atraso econômico e social de seu país e o Czar Alexandre II (1855-1881) dispôs-se a enfrentar o problema da servidão. Havia 20 milhões de camponeses pertencentes à Coroa; 21 milhões, aos grandes proprietários de terras; 1,5 milhões eram domésticos e cerca de 5 milhões trabalhavam em minas e fábricas. A partir de julho de 1858, o czar liberou os camponeses da Coroa. Em seguida, foi mister vencer as resistências de uma nobreza estreita e conservadora para chegar-se à emancipação geral no dia 3 de março de 1861.

A reforma agrária, que acompanhou a abolição da servidão, não teve o efeito benéfico que se poderia esperar: não correspondeu às reivindicações dos camponeses e não acarretou a melhoria das técnicas de produção, em resultado da instituição das comunidades camponesas (*obshchina* ou *mir*) e das indenizações exigidas aos camponeses para a aquisição das terras que lhes eram outorgadas por decisão do *mir*. Os servos obtinham uma liberdade pessoal teórica e podiam adquirir, no todo ou em parte, e mediante o pagamento de um fôro anual, a terra que haviam cultivado até então para o senhor. O Estado pagava o preço da compra ao senhor e recebia-o do camponês num prazo de 49 anos. Todavia, tinham-se estabelecido certas normas e os proprietários podiam recusar-se a vender parte das terras exploradas pelos servos. Em compensação, os servos que tivessem muito poucas terras podiam receber maior quantidade delas no momento da acessão à propriedade. Os servos empregados como domésticos ou os que tinham o direito de explorar propriedades de menos de 75 ha não recebiam coisa alguma além da liberdade pessoal.

Com efeito, os senhores que possuíam terras férteis (na Ucrânia, por exemplo) conservaram a maior parte de suas propriedades em regime de valorização direta, ao passo que os possuidores de terras fracas não titubearam em vendê-las aos servos pobres para receber a indenização imediata. Ora, essa indenização foi muitas vezes fixada acima do preço de mercado e grande número de camponeses viu-se obrigado a pagar mais para cultivar uma superfície menor. O título de propriedade era uma pífia compensação. Tanto mais que a propriedade efetiva, isto é,

a distribuição das terras e o controle dos trabalhos, ficava inteiramente confiada à comunidade camponesa (o *mir*). Periódicamente, o *mir* sorteava as terras entre seus membros, e toda a aldeia assumia a responsabilidade pela indenização paga pelo Estado. Compreende-se por que o *mir* veio a tornar-se o novo senhor dos servos "emancipados" e impedia que os habitantes abandonassem a aldeia onde residiam. Desde que uma família partia sem ser substituída, aumentava o encargo financeiro dos que ficavam. No próprio seio da família, cabia ao chefe autorizar a partida definitiva de um membro da família. Ele se mostrava, de ordinário, pouco propenso a fazê-lo, pois, na distribuição seguinte das terras pelo *mir*, reduzia-se a superfície que lhe era aforada. Como, em muitos casos, as terras possuídas pelo *mir* não bastavam à mão-de-obra disponível, a conseqüente imobilização dos operários agrícolas só podia bloquear — ou até reduzir — a produtividade da agricultura. Ao mesmo tempo, a indústria não recebia a mão-de-obra de que talvez precisasse.

Mas um último fator de ineficácia — e mesmo de regressão — era inerente ao funcionamento do *mir*: os trabalhos de todas as famílias deviam fazer-se simultaneamente a fim de deixar as terras em pousio, para servirem de pastos, o maior espaço possível de tempo. Nessas condições, chegava-se a paralisar toda e qualquer iniciativa individual; institucionalizava-se a rotina. No plano técnico, a reforma agrária foi um completo malôgro e, no plano político, não pôde deixar de avivar o descontentamento dos camponeses que ambicionavam a livre propriedade de suas terras sem viverem esmagados por dívidas com os antigos amos ou com o Estado. Fazia muito tempo que os camponeses se achavam em situação de quase revolta; voltaremos a encontrá-los em 1905 e 1917, investindo com os fundamentos de um regime que para eles só trazia miséria e injustiça.

Entre 1860 e 1870-1875, o governo russo não parece ter julgado necessário industrializar rapidamente o país. Vivia a Rússia da exportação dos produtos agrícolas e, sobretudo, dos cereais; podia, portanto, continuar agrícola, tanto mais que isso não atrapalhava o conforto nem a preguiça dos grandes proprietários e da oligarquia que detinha o poder. A queda dos preços mundiais nos mercados de cereais, depois de 1870, voltou a sacudir a inércia dos dirigentes, alguns dos quais compreenderam a urgência das transformações que precisavam ser empreendidas. Se a isto se acrescentarem as fomes de 1891-1892 e de 1902; as sublevações que se seguiram à derrota da Rússia na guerra contra o Japão em 1905, não é muito para admirar que o governo do czar tenha pensado em algumas reformas destinadas a acalmar

o descontentamento das massas. Em 1906, Stolypin procedeu à nova reforma agrária, que redundava na supressão das comunidades aldeãs e na completa extinção das dívidas que ainda se achavam a cargo dos camponeses. Entre 1907 e 1915, 2 500 000 camponeses se tornaram proprietários individuais de seus sítios e escaparam, assim, ao domínio do *mir*. Além disso, o governo organizou e estimulou a migração para a Rússia asiática, a fim de explorar as terras virgens. Mas a guerra de 1914 veio pôr fim à nova série de reformas. O novo cataclismo deflagraria uma revolução destinada a mudar a face do mundo contemporâneo. O comunismo não tardaria a nascer da ideologia marxista e, principalmente, da mediocridade conservadora e do egoísmo da classe dominante. Os países capitalistas que conseguiram realizar sua industrialização escaparam à comoção revolucionária; a Rússia não tinha a desculpa do progresso nem a vantagem representada por uma alta sensível do nível de vida. Os nobres que haviam recebido indenizações vultosas pelas terras cedidas aos antigos servos não se interessaram pelo desenvolvimento agrícola e industrial. Utilizaram com demasiada freqüência os fundos recebidos na defesa dos seus privilégios e do seu modo de vida e revelaram-se incapazes — ao contrário dos grandes proprietários ingleses e alemães — de investir produtivamente para eles e para a economia nacional. A ausência de uma classe de empresários impedia a arrancada da indústria. W. O. Henderson sublinha a inaptidão dos proprietários e diretores de empresas russas, que não sofriam a concorrência estrangeira e tiravam proveito de um quase monopólio sobre o mercado interno. Veremos que as maiores empresas foram fundadas por empresários e capitais estrangeiros. Exemplo típico de inaptidão para inovar dá-nos a história de Zvorykin. Zvorykin era um engenheiro que aperfeiçoou, em 1812, um sistema de corte dos metais. Os produtores russos não compreenderam a importância dos seus descobrimentos e não os utilizaram. Só quarenta anos depois técnicos ocidentais redescobriram as teorias de Zvorykin<sup>(89)</sup>.

É nesse momento que o Estado, prosseguindo na tradição de Pedro, o Grande, (1682-1725), intervém para substituir a iniciativa privada insuficiente ou desanimada. "O Estado como proprietário, investidor, diretor, controlador, dominou as atividades econômicas importantes como as estradas de ferro, os bancos, a indústria do açúcar, da madeira de construção e da venda de

(89) W. O. HENDERSON, *The Industrial Revolution on the continent*, Londres, 1961, p. 205.

vodka"<sup>(90)</sup>. No transcorrer dos dois últimos decênios do século XIX, a industrialização fará rápidos progressos e o período 1890-1900 tem grande semelhança com um *take-off*.

## § 2. A INDUSTRIALIZAÇÃO

### A) O papel do Estado

Já sublinhamos que a estagnação agrícola é entrave ao desenvolvimento industrial: tal foi o caso da Rússia durante a segunda metade do século XIX. Em relação aos países da Europa ocidental e aos Estados Unidos, a Rússia da década de 1870 é um país atrasadíssimo.

O fator principal da aceleração do desenvolvimento industrial na Rússia, a partir da década de 1880, foi a mudança de política do governo. Sem exagerar demasiado pode-se dizer que o governo fez a revolução industrial; pelo menos foi ele o seu promotor. A partir dessa reviravolta da estratégia governamental, a procura de produtos manufaturados por parte dos camponeses tornava-se menos necessária à expansão industrial. Alexander Gerschenkron explica que a política orçamentária substituiu a frouxa procura interna. Ele vai mais longe ainda quando afirma: "A redução do consumo camponês possibilitava o aumento da parte do produto nacional disponível para o investimento. Essa redução possibilitava também incremento das exportações, a estabilização da moeda e, por conseqüência, o aumento das possibilidades de empréstimos no estrangeiro e a provisão de divisas estrangeiras para o serviço da dívida externa"<sup>(91)</sup>. A pressão fiscal teria sido, portanto, particularmente acentuada sobre a classe camponesa, no fim do século, numa época em que o governo financiava a construção das estradas, das vias férreas, das indústrias. A procura e a iniciativa públicas substituíam, na Rússia, os estimulantes obtidos pela expansão dos mercados livres nos países capitalistas ocidentais. Para investir, o Estado recorria à poupança forçada antecipada sobre a população agrícola, que englobava a imensa maioria do país.

Mas o Estado não ficou nisso no esforço de substituição dos fatores de produção inexistentes ou ineficazes. A mão-de-obra russa era indisciplinada, de escasso rendimento; a classe opulenta

(90) W. O. HENDERSON, *op. cit.*, p. 202.

(91) A. GERSCHENKRON, Rússia: Patterns and Problems of Economic Development, 1861-1958, no seu livro *Economic Backwardness in Historical Perspective*, Harvard University Press, 1962, p. 125 e seg.

revelava-se inapta à empresa; era forçoso, portanto, chamar empresários estrangeiros, capazes de importar as técnicas mais modernas de produção. Orientando os investimentos para a siderurgia e para a fabricação de máquinas, o governo russo substituiu o fator trabalho deficiente pelo fator capital. Em outras palavras, os investimentos acarretavam uma economia de mão-de-obra (eram *labour-saving*). Ciosa de aproveitar as técnicas mais modernas, a Rússia apelou, no fim do século XIX, mais para a Alemanha e para os Estados Unidos que para a Inglaterra.

Gerschenkron adianta-se ainda mais nessa análise interessante da substituição de fatores e da concessão dos recursos promovidas pelo Estado: entende que a vigorosa concentração das grandes empresas e a formação de cartéis gigantescos correspondiam à penúria do empresariado. Um número menor de inovadores estrangeiros e nacionais, dirigia e controlava, dessa maneira, uma quantidade maior de recursos. Foi assim que se fundou em 1902 um cartel das indústrias mecânicas a que se deu o nome de *Prodameta*. Agrupava cerca de 30 empresas metalúrgicas, grande número das quais recebera importantes capitais franceses. Em 1910, um representante do Banco da União Parisiense foi eleito presidente do cartel.

#### B) As fases do crescimento

Em todos os domínios, preponderou a influência dos empresários e capitais estrangeiros.

Muito embora a aceleração do crescimento não se tenha manifestado antes de 1880-1890, as primeiras tentativas de implantação da indústria por estrangeiros começaram desde o meado do século XIX.

A indústria russa mais antiga era a do algodão, situada em Moscou e Ivanovo, mas o primeiro tear mecânico só se utilizou em 1846. Em 1860 havia apenas três teares. Foi um inglês, nascido na Alemanha em 1821, Ludwig Knoop, o iniciador da mecanização da indústria do algodão. Acertou de ir à Rússia representar a firma de Manchester em que trabalhava e que exportava fios de algodão para a Rússia. Produtores russos pediram-lhe que construísse uma fábrica com máquinas inglesas. Até 1843 o governo inglês vetara a exportação de máquinas sem autorização expressa. A partir de 1843, as dificuldades já não existiam e entre essa data e até sua morte, ocorrida em 1894, Knoop construiu 122 fiações de algodão. Conseguira verdadeiro monopólio de importação de máquinas inglesas de todos os gêneros. Em 1860, fundou uma fiação de algodão que utilizava a energia hi-

dráulica em Kränholm. Em 1890, havia instalado dois mil teares. Os russos desenvolveram a cultura do algodão no Turquestão e no Cáucaso e a construção das estradas de ferro permitiu que se transportasse rapidamente a matéria-prima para as fábricas que dela se serviam.

Idêntico processo se verificou na indústria siderúrgica. Foi em consequência de um acordo com o governo russo que John Hughes, inglês, inventor de uma placa de blindagem, fundou, em 1869, a "Nova Sociedade Russa", destinada a construir altos fornos na bacia do Donetz. O governo deu-lhe o terreno, concedeu-lhe um empréstimo, assegurou-lhe encomendas de trilhos de estradas de ferro e autorizou-o a construir uma estrada de ferro entre suas fábricas e Mariupol, no mar de Azov. O primeiro alto-forno entrou em serviço em 1872 e, por ocasião da morte de Hughes, em 1899, suas empresas empregavam oito mil operários. No princípio do século XIX, a Rússia produzia anualmente 130 000 toneladas de ferro fundido; em 1870, produzia 350 000 toneladas, quando a produção inglesa atingia 6 500 000 toneladas e a produção francesa, 1 400 000 toneladas. Mas em 1910, a produção, que se elevava a 2 900 000 toneladas, colocava a Rússia adiante da França, em quarto lugar entre os grandes países produtores. O desenvolvimento da siderurgia entre 1890-1900 teria acarretado uma duplicação da produção total da Rússia. O governo russo aumentou os direitos alfandegários sobre os produtos siderúrgicos — e em particular sobre os trilhos — em 1884 e 1887. A fim de consolidar a proteção e atrair os capitais estrangeiros para esse setor, comprometeu-se o governo, em 1886, a não permitir qualquer redução de tarifas aduaneiras sobre os produtos siderúrgicos pelo espaço de 12 anos.

QUADRO III

Produção russa  
(Em toneladas métricas)

	1860	1870	1880	1890	1900	1913
Carvão .....	300 000	695 000	3 250 000	6 000 000	16 000 000	36 000 000
Petróleo ...		2 950	555 000	3 760 000	10 020 000	9 150 000
Ferro fundido	312 000	340 000	425 000	910 000	2 900 000	4 600 000
Ferro e aço	205 000	237 000	575 000	790 000	2 200 000	4 050 000

Fonte: Algarismos calculados e arredondados de acordo com um quadro fornecido por Harry SCHWARTZ, *Russia's Soviet Economy*, Prentice Hall, 1958, p. 64.

A indústria de artigos de equipamento sempre foi estimulada e sustentada pelo Estado. Os dirigentes russos interessaram-se pelas bombas a vapor e, depois, pela máquina a vapor de Watt. Enviaram técnicos à Inglaterra e convidaram ingleses para vir construir máquinas a vapor na Rússia. A produção das primeiras empresas foi subvencionada e adquirida pelo governo. Mas só a partir de 1880 a indústria mecânica se desenvolveu realmente. No fim do século, a indústria russa fabricava teares automáticos, máquinas necessárias ao equipamento dos moinhos, destilarias, refinarias de açúcar. A produção de material ferroviário atingia, então, 700 locomotivas por ano e 25 000 vagões. A indústria mecânica contava 682 fábricas e oficinas, que empregavam 120 000 operários. Na construção das estradas de ferro, encontramos a ação do Estado e os investimentos estrangeiros. A primeira linha de estrada de ferro construiu-se em 1836, para ligar São Petersburgo ao palácio de verão do czar, em Tsarskoie-Sélo. Em seguida, empreendeu o governo a construção de uma linha que ligava Varsóvia a Cracóvia e de outra linha que ligava São Petersburgo a Moscou. Cerca de 1855, uma sociedade norte-americana adquiriu uma empresa do Estado com o intuito de fabricar material ferroviário. A guerra da Criméia patenteou a fraqueza da rede ferroviária russa e, logo após a derrota, em 1857, o governo se dispôs a construir uma rede de ferrovias em todo o território russo, tanto a leste quanto a oeste. Em 1870, possuía o governo 1 200 km de vias férreas e controlava a maioria das companhias particulares, quer como acionista quer através de subvenções. De 1870 a 1887, o comprimento total das vias férreas passara de 11 500 km a 30 000 km, dos quais 3 300 km eram nacionalizados. O verdadeiro *boom* das estradas de ferro ocorreu entre 1887 e 1900, arrastando consigo toda a indústria siderúrgica e mecânica. A estrada de ferro transiberiana e a transcaspiana foram construídas entre 1893 e 1900 e permitiram o transporte mais rápido, para a Rússia européia, do algodão, da lã e da seda do Turquestão. De 1890 a 1913, construíram-se 30 000 km de vias férreas, mas sua densidade ainda era muito menor que a dos países ocidentais.

De 1890 a 1900, a taxa de crescimento da produção industrial foi de 8% ao ano, cifra até então jamais atingida pelos países ocidentais. O atraso da economia russa era uma das causas desse crescimento acelerado. A aliança entre os esforços do Estado e a chegada de técnicos e capitais estrangeiros permitiu a "decolagem" de um país relativamente subdesenvolvido.

Por volta de 1913, a metade do capital das sociedades era estrangeira e elevava-se a 2,2 bilhões de rublos. A percentagem

do capital estrangeiro nas indústrias variava muito: atingia 91% nas indústrias mineiras; 50% na indústria química, 42% na indústria metalúrgica; 37% na indústria madeireira; e 28% na indústria têxtil. A França colocava-se à frente dos países investidores, com uma carteira que representava, por volta de 1900, 32,6% dos capitais estrangeiros investidos na Rússia. A parte da Grã-Bretanha era de 22,6%; a da Alemanha, de 19,7%; a da Bélgica, de 14,3% e a dos Estados Unidos, de 5,2%.

Mas os progressos realizados não se difundiam pelo conjunto da economia e as distorções se acentuavam cada vez mais entre as indústrias modernas e os setores arcaicos, entre os quais figurava a agricultura. De mais a mais, não sendo o povo muito beneficiado pelos progressos realizados, a agitação social e revolucionária continuava.

De 1900 a 1905, a expansão industrial emperrou, mas recomeçou após a guerra russo-japonêsa, ao ritmo de 6% ao ano. As reformas de Stolypin aumentaram um pouco a mobilidade da mão-de-obra agrícola para a indústria a partir de 1906. O governo, porém, já se achava às voltas com os movimentos revolucionários, que não tardarão a encontrar terreno favorável na Primeira Guerra Mundial.

#### SEÇÃO III. — Industrialização do Japão

A história da industrialização do Japão nos oferece outro exemplo característico de desenvolvimento capitalista em que foi predominante o papel do Estado. Nesse sentido, há alguns pontos comuns entre a Rússia e o Japão, mas a classe dirigente japonesa, que fez a revolução *Meiji*, soube aproveitar melhor do que a classe dirigente russa a derrocada do sistema feudal. Veremos, com efeito, que o governo *Meiji* foi capaz de derrubar as estruturas institucionais do feudalismo, que bloqueavam a arrancada da industrialização, se bem conservasse as "vantagens" econômicas de uma desigualdade social própria do regime feudal. Além disso, o espírito de empreendimento e a faculdade de adaptação às técnicas estrangeiras foram mais difundidos no Japão do que na Rússia. A inovação pública acarretou a inovação privada, suscitando-a, ajudando-a, mas esta última não fez tanta falta quanto na Rússia e essa diferença não é insignificante. O Japão, como a Rússia, aproveitou-se da contribuição estrangeira mas, ao contrário do que sucedeu na Rússia, o estrangeiro não substituiu a iniciativa nacional.

Recordaremos, de início, as circunstâncias da revolução *Meiji* e as conseqüências da reforma agrária, que se seguiu à abolição do feudalismo. A seguir, veremos como o Estado estimulou e orientou o processo de industrialização e, para concluir, examinaremos o ritmo de crescimento da economia japonesa.

## 1. A REVOLUÇÃO MEIJI E A ABOLIÇÃO DO FEUDALISMO

### A) O advento da era "Meiji"

O imobilismo das estruturas sociais feudais era ainda maior no Japão do que na China. Desde 1192, o poder pertencia, de fato, ao Xogum e não ao imperador, que dêle fôra desapossado por uma casta de grandes latifundiários. A família Tokugawa reinou, por via hereditária, sobre o Xogunato, de 1603 a 1868. A quarta parte do território nacional pertencia ao chefe da família Tokugawa; o resto do território, aos senhores (daimios). O feudo dos senhores era reconhecido pelo "Bakufu" (governo do Xogum) mas aquêles juravam, em troca, fidelidade total aos Tokugawas. Esses daimios exerciam o poder absoluto em seus domínios, inclusive o direito de vida e morte. Abaixo do senhor, a que estavam sujeitos, vinham, em primeiro lugar, os samurais (militares), em seguida os comerciantes, os industriais e os agricultores. Era proibido mudar de profissão e domicílio; samurai ou agricultor, o filho herdava o mister paterno e transmitia-o aos descendentes. Não só a mobilidade social era nula mas também não se podia mudar de ofício. Numa estrutura social congelada, era impossível qualquer processo de desenvolvimento social. Seria forçoso, primeiro, que existisse o mercado do trabalho para que as novas empresas pudessem encontrar a mão-de-obra de que necessitavam.

Essa pré-condição de crescimento e desenvolvimento foi fruto da Revolução de 1868. De fato, o advento da era *Meiji* representou, ao mesmo tempo, a restauração do poder imperial e uma reviravolta das estruturas políticas e sociais, sob a pressão do estrangeiro. A China via-se obrigada, pela Inglaterra, a abrir seus portos ao comércio exterior após a "guerra do ópio", que terminou com o tratado de Nanquim em 1842. Os países europeus e os Estados Unidos procuravam mercados no Extremo Oriente e esbarravam no Japão, cujos portos se mantinham fechados para os ocidentais. Quando, em 1846, os Estados Unidos estenderam seu território nacional até o Oregon e depois, em 1848, até a Califórnia, passaram a divisar com o Pacífico e a interessar-se pelo comércio com a China. No caminho, toparam com o Japão fechado ainda a tôda e qualquer influência ocidental. O governo ja-

ponês recusara-se a receber a missão comercial norte-americana. Enviou-se, pois, o Almirante Perry e sua esquadra com uma mensagem do presidente dos Estados Unidos ao xogum. Perry chegou à baía de Iedo no dia 8 de julho de 1853, o que já constituía violação das leis japonesas. Foi-se embora dando algumas "salvas de honra" com finalidades psicológicas e voltou em março de 1854 comandando uma esquadra um pouco maior. Assinou-se o primeiro tratado no dia 31 de março de 1854: dois portos nipônicos abrem-se ao comércio norte-americano e mais cinco se abrirão nos anos seguintes. Entre 1854 e 1859, a Inglaterra, a Rússia, a Holanda, a França e Portugal assinam com o Japão tratados análogos aos dos norte-americanos. Mas, ao passo que a China se fecha no seu particularismo e em suas tradições familiares, a cúpula dirigente japonesa percebe o proveito que pode sacar dos novos contatos com o Ocidente. Surge uma corrente reformista e nacionalista.

Foi no séquito do imperador que os nobres, a princípio, estimularam a reação "nacionalista" contra o estrangeiro e o xogum, o qual, negociando, feria "a dignidade nacional". Todos os adversários do regime encontraram, assim, uma contra-senha.

Após as peripécias em que se envolveram daimios e estrangeiros, alguns bombardeios de retaliação franceses e norte-americanos persuadiram o imperador de que não lhe seria possível excluir os estrangeiros. No dia 24 de novembro de 1864 êle viu-se obrigado a assinar um tratado pelo qual o Japão perdia a autonomia alfandegária e comprometia-se a não impor direitos aduaneiros superiores a 5% *ad valorem* até 1899.

Tendo o partido imperial, a partir de então, abandonado o partido antiestrangeiro, restava-lhe restaurar o poder do imperador. Isto se fez logo após o advento de Mutsu-Hito, a 30 de janeiro de 1867. O novo imperador contava apenas 14 anos e os grandes daimios do Sudoeste (os de Satsuma, Cho-su, Tosa e Hizen) aliam-se para derrubar a família Tokugawa. No dia 3 de janeiro de 1868, um decreto imperial pôs fim ao xogunato. Mas só depois de uma luta armada lograram o imperador e seu partido assegurar definitivamente a vitória, em junho de 1869. Tendo recebido garantias sobre as intenções do novo governo a seu respeito, os ocidentais apoiaram o exército dos daimios do Sudoeste na luta contra o xogum. O governo imperial decidiu então — para bem marcar seu desejo de mudança — escolher uma nova capital: Tóquio, e batizar o reinado do novo imperador com o nome de *Meiji*, isto é, "governo esclarecido". Estávamos, portanto, muito longe de uma revolução popular e muito mais perto de uma revolução palaciana. Mas a nova classe que ascendia ao poder sa-

berá fazer funcionar a máquina econômica abolindo, primeiramente, as estruturas feudais e tomando, em seguida, iniciativas que redundarão no investimento e na formação profissional. Em meio século, deixará o Japão o estágio de país feudal e agrícola para ingressar nas fileiras das grandes potências capitalistas. Vejamos qual foi o caminho seguido.

B) *A abolição do feudalismo e a reforma dos impostos territoriais*

Conservador acima de tudo, o governo *Meiji* se mostrava mais preocupado com a grandeza nacional do que com o progresso social. Ambicionava construir uma economia moderna, indispensável ao poder político, num mundo entregue ao progresso técnico. A emancipação dos camponeses não se destinava, em primeiro lugar, a acrescentar-lhes o bem-estar, senão a aumentar-lhes a eficácia como mão-de-obra. O *Meiji* não lhes modificou o nível miserável de vida.

O problema que precisava ser resolvido era o seguinte: para realizar seus objetivos econômicos, necessitava o governo de recursos financeiros; levantou-os antecipadamente, sacando sobre a atividade principal do país: a agricultura. Entretanto, não foram os grandes proprietários mas os pequenos camponeses que arcaram com o ônus da operação, a despeito da abolição dos laços feudais. A reforma fêz-se progressivamente a partir de 1869, data em que os quatro daimos do Sudoeste restituíram ao imperador suas terras e os respectivos habitantes. O governo nomeou-os, então, prefeitos de suas províncias. Em 1871, as províncias foram suprimidas e substituídas por departamentos. (Diga-se de passagem que um jurista francês, Gustave Boissonade, foi ao Japão em 1873 como conselheiro jurídico do governo japonês, o qual, por um momento, pensou em adotar o Código Civil.) A 29 de agosto de 1871 são anuladas as distinções de classe e todos os cidadãos proclamados iguais perante a lei. A partir desse momento, os ex-daimos são obrigados a residir em Tóquio e recebem uma pensão igual à décima parte da renda de suas antigas terras, anexadas ao domínio imperial. Os samurais perdem seus privilégios e seu emprêgo militar mas o Estado lhes concede uma pensão.

O regime de propriedade agrícola é modificado mas também o é o regime dos impostos territoriais. Essa dupla reforma se fêz em detrimento dos pequenos lavradores e em benefício dos proprietários. Em 1872 o governo distribuiu títulos de propriedade individual aos grandes proprietários ou aos que possuíam meios de adquirir uma fazenda. A maioria dos lavradores não

os recebeu e continuou a pagar pesada renda aos novos proprietários. Os mais pobres continuaram a ser por muito tempo ainda os mais explorados e a situação de dependência foi reforçada pelas modificações do regime fiscal.

A partir de 1873, os proprietários de terras deviam pagar um imposto calculado sobre o valor da terra e não mais sobre o valor da colheita. Esse imposto exorbitante representava, de fato, a terça parte do valor da colheita, ou seja, 3% do preço da terra<sup>(92)</sup>. Esse imposto territorial pagava-se em moeda corrente e não mais em espécie. Após a elevação dos preços, que acompanhou as agitações internas e a guerra civil (revolta dos samurais) de 1877-1881, o encargo real dos proprietários de terra principiou a diminuir.

O mesmo não ocorreu em relação aos pequenos lavradores, que continuavam a pagar a seus senhorios foros anuais em espécie. Os pequenos lavradores proporcionavam indiretamente ao Estado o essencial de seus recursos. Isso explica por que grande número de insurreições camponesas explodiu no decorrer dos primeiros anos da era *Meiji*.

O governo transformou, ulteriormente, os direitos feudais num capital de títulos do governo, que pagavam juros de 7 a 10%. 400 000 famílias receberam, assim, um pacote de títulos negociáveis, que não tardou a desvalorizar-se em virtude da alta dos preços, ao passo que o ônus fixo da dívida se tornava cada vez menor para o governo. Os portadores dos títulos (samurais e ex-feudais) viram-se, amiúde, obrigados a liquidá-los pois não conseguiam viver apenas dos juros. Os "bancos nacionais" receberam, em 1876, o direito de emitir notas em troca desses títulos de reconversão dos antigos direitos feudais. Em junho de 1876 havia quatro bancos nacionais e, em 1879, 139. As vendas de títulos e o pagamento do imposto predial em moeda corrente contribuíam para ampliar rapidamente a economia monetária.

C) *As conseqüências econômicas das reformas e da inflação*

Reforma agrária, conversão dos direitos feudais e inflação tiveram conseqüências fáceis de se preverem e que se revelaram favoráveis ao desenvolvimento econômico. Verdadeira redistribuição da fortuna e da renda nacional verificou-se em proveito

(92) Ayanori OKASAKI, *Histoire du Japon: l'économie et la population*, I. N. E. D., Cahier n.º 32, Presses Universitaires de France, 1958, p. 28.

do Estado, dos grandes proprietários de terra e dos comerciantes e em detrimento dos aposentados e pequenos lavradores. A política deflacionista de Matsukata, de 1881 a 1885, completou o processo mais ou menos voluntariamente organizado pelo Estado. Este último, grande beneficiário da operação, teve o mérito de orientar o "excedente" para investimentos produtivos, como o veremos.

A massa da população camponesa constituiu-se, portanto, numa reserva de mão-de-obra barata, da qual se valeram largamente as novas empresas industriais. As famílias pobres mandavam os filhos para as fábricas a fim de obterem um ganho suplementar. A pressão demográfica não fazia senão agravar a situação social dos trabalhadores, mas aumentava a flexibilidade do mercado do trabalho para maior lucro dos produtores. O governo *Meiji* fomentou o aumento da população lutando contra as causas da mortalidade (criação de um serviço de saúde pública; desenvolvimento da higiene; formação de médicos...). Os homens que se achavam no poder haviam compreendido que o número era fator de poderio político e militar. A população total do Japão passou de 34 800 000 em 1872 para 48 850 000 em 1900 e 89 270 000 em 1955.

Na primeira fase da industrialização, continuaram tão pobres os camponeses que não podiam comprar os novos produtos manufaturados e, em particular, os produtos têxteis. Demasiado explorados pelo sistema, não podiam oferecer, ao mesmo tempo, uma força de trabalho barata e um novo mercado. Mas a indústria japonesa não tardou a encontrar saídas para os mercados externos, graças aos seus salários, anormalmente baixos em relação aos dos países ocidentais. Os custos da produção japonesa eram inferiores aos dos concorrentes ocidentais. É verdade que o Japão praticou, no fim do século XIX, uma política de *dumping*.

As exportações japonesas foram igualmente estimuladas pela depreciação da prata no mercado mundial. A moeda achava-se então no estalão prata e essa depreciação surtiu o efeito de uma desvalorização. Só em 1897 adotou o Japão o estalão ouro. O estímulo para exportar era reforçado pela necessidade de importar máquinas estrangeiras a fim de desenvolver o equipamento. A guerra vitoriosa com a China em 1894-1895 trouxe ao governo japonês uma indenização, pagável em esterlinos e em ouro, de 364 milhões de ienes. O *deficit* da balança comercial de 1896 a 1900 elevou-se a 310 milhões de ienes. Por essa razão pôde crescer um economista japonês que "guerras sucesivas e vitoriosas foram, elas também, importante fator da rápida industriali-

zação do Japão"<sup>(93)</sup>. O imperialismo militar sempre foi, até a Segunda Guerra Mundial, traço predominante da política japonesa. Assinalou os primeiros esforços do Estado no sentido de industrializar o país logo após a revolução *Meiji*.

## § 2. O PAPEL DO ESTADO NO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO

Malgrado a rapidez das transformações que assinalaram a história do Japão no fim do século XIX, a modernização não se estendeu em profundidade a todos os setores da economia. Certo caráter de dualidade persistiu até uma época recente entre o setor agrícola e as pequenas empresas artesanais de um lado, e as grandes empresas fundadas ou estimuladas pelo governo de outro. Não existe, todavia, um campo sequer em que o Estado não tenha intervindo, tentando promover o progresso técnico tanto na agricultura quanto na indústria.

Já não era possível deixar de lado o setor primário, que ocupava cerca de 80% da população ativa logo após a revolução *Meiji*. Essa percentagem caiu para 60% em 1913 e para 44% em 1940. Entretanto, o declínio relativo foi acompanhado de uma alta em valores absolutos em consequência do aumento da população. A população ativa do setor primário elevava-se a 14 500 000 em 1872; a 17 500 000 entre 1895 e 1900 e a 14 000 000 em 1940.

O governo contribuiu para o desenvolvimento da produtividade agrícola mandando peritos estudarem os métodos estrangeiros, fundando escolas, enviando instrutores aos campos. Foi igualmente sob o impulso governamental que a irrigação fez progressos e os adubos foram amplissimamente utilizados. Entre 1880 e 1914, a produção de arroz aumentou 70% e a produção de trigo mais do que duplicou.

Mas a industrialização era o primeiro objetivo do governo, que nela via o único meio de alcançar o poderio militar e, portanto, de conquistar plena independência econômica e política. Essa preocupação de independência não excluía as pretensões imperialistas.

Os primórdios da industrialização ocorreram no quadro de um verdadeiro capitalismo de Estado no decorrer do período de 1868-1880. O Estado tomou tôdas as iniciativas e financiou a

(93) SHIGETO TSURU, *The Take-off in Japan 1868-1900*, em *The Economics of Take-off into sustained growth*, editado por W. W. Rostrow, Macmillan, 1963, p. 150.

maioria das operações, fundando ou adquirindo êle próprio as emprêsas. Convidou técnicos europeus e enviou peritos ao estrangeiro a fim de ali aprenderem as técnicas ocidentais já muito desenvolvidas. A êsse tempo, fôra ultrapassado o estádio da revolução industrial tanto na Inglaterra quanto na França e nos Estados Unidos, o que constituía importante vantagem em relação às experiências anteriores. Em 1875 teria havido 527 estrangeiros empregados pelo govêrno central e pelas prefeituras, entre os quais 205 conselheiros técnicos, 144 professôres, 69 administradores e funcionários e 36 operários especializados<sup>(94)</sup>.

Os poderes públicos não somente importaram máquinas para as novas fábricas senão também para servirem de modelos. Essas máquinas eram distribuídas às autoridades municipais, que convidavam os industriais japoneses a examiná-las para lhes descobrir o funcionamento. O Estado criou escolas profissionais e enviou também às províncias professôres itinerantes.

Não há um único setor em que o Estado não tenha fundado emprêsas: têxteis, vidro, cimento, papel, máquinas-ferramentas, fundições, estaleiros navais, minas, estradas de ferro, telégrafo; em tôda a parte a iniciativa pública deu o sinal de partida. Em 1872, engenheiros ingleses construíram a primeira linha de estrada de ferro entre Tôquio e Iocoama, graças a um empréstimo feito sobre Londres. Mas o nacionalismo e o desejo de independência exigiam que os japoneses pudessem fazer outro tanto sem ajuda externa. Isto realizou-se alguns anos mais tarde, com a construção da linha Quioto-Otsu. Em 1880 havia 160 km de vias férreas no Japão. A partir dessa data, a extensão da rêde duplicou de três em três anos e em 1892 atingia cêrca de 3 000 km.

Como fôsse de qualidade medíocre a sêda japonesa, o govêrno mandou construir fábricas onde se instalaram máquinas italianas e francesas. Quer se tratasse de telhas, de cimento, de sulfato, pertenceu ao govêrno a iniciativa de importar os métodos de produção ocidentais e de aplicá-los diretamente.

Foi provavelmente o govêrno *Meiji* quem, primeiro, teve a idéia de pôr em prática uma política de organização do território: uma comissão encarregada do desenvolvimento do Hocaïdo fundou uma cervejaria e uma refinaria de açúcar em Saporô<sup>(95)</sup>.

A fabricação de armamentos, desde as armas leves até os navios de guerra, achava-se totalmente nas mãos do Estado. Em

(94) G. C. ALLEN, *A Short Economic History of Modern Japon 1867-1937*, Londres, Allen and Unwin, 1962, 2.<sup>a</sup> ed., p. 32.

(95) G. C. ALLEN, *op. cit.*, p. 34.

1876, fundou-se uma emprêsa nacional com a finalidade de fabricar os tecidos de lã necessários a vestir as tropas.

Tôdas as minas eram propriedade pública e exploradas pelo Estado ou por emprêsas particulares em regime de concessão. Em 1880, o govêrno possuía e geria diretamente: 3 estaleiros navais; 5 arsenais; 52 fábricas diversas; 10 minas (carvão, cobre, ferro, ouro, prata); 120 km de estradas de ferro. Além disso, subvencionava grande número de emprêsas privadas.

Desejoso de estimular as exportações, fundou o govêrno um escritório de comércio exterior a partir de 1869 e, em diversas ocasiões, comprou estoques de arroz, chá e sêda para vendê-los no estrangeiro.

Em 1871 organizou-se a Administração dos Correios e Telégrafos e, em 1877, ingressava o Japão na União postal.

O Japão não tinha funcionários para gerir a indústria nascente no princípio da era *Meiji*. A ausência de uma classe de empresários obrigava o govêrno a inovar. Entretanto, cumpria suscitar vocações comerciais e industriais e os antigos samurais revelaram-se capazes de uma reconversão nesse sentido. Depois de 1882, o govêrno abandonou parte de suas emprêsas à iniciativa privada vendendo-as a preços relativamente baixos a fim de atrair licitantes. Êsses compradores foram essencialmente grandes capitalistas capazes de financiar suas emprêsas e que gozavam da confiança do poder. Nasceu assim poderosa oligarquia de negócios, que favoreceu a concentração econômica nos *Zaibatsu* (trustes).

A indústria pesada desenvolveu-se celeremente no fim do século XIX e foi estimulada pela fundação, em 1901, da fundição de ferro nacional de Iavata. Após a guerra russo-japonesa de 1905, o progresso dessa indústria foi ainda mais rápido graças ao ferro e ao carvão da Mandchúria e da Coréia (anexadas à Rússia) e também graças à política armamentista. Por fim, a Primeira Guerra Mundial proporcionou à economia japonesa, que se manteve alheia ao conflito, grandíssima prosperidade. Os exportadores japoneses substituíram sem dificuldade, nos grandes mercados mundiais, os produtores debilitados cujos recursos haviam sido mobilizados pela guerra.

Até a Segunda Guerra Mundial, o imperialismo japonês só conhecera guerras vitoriosas, favoráveis ao desenvolvimento econômico do país: a guerra com a China em 1894-1895; a guerra com a Rússia em 1904-1905; a invasão da Mandchúria em 1931. Todos os autores que estudaram a evolução econômica do Japão são unânimes em afirmar que cada um desses conflitos exerceu um efeito de aceleração sobre o investimento e o progresso téc-

nico. Vejamos qual foi o ritmo do crescimento econômico do Japão durante a transformação de uma economia feudal em economia industrial moderna.

### § 3. O RITMO DO CRESCIMENTO

A produção primária (produção agrícola e produção de matéria-prima) duplicou entre 1875 e 1914. Acompanhou e sustentou o processo da industrialização. O incremento da produtividade agrícola permitia que se alimentasse uma população crescente e as matérias-primas disponíveis favoreciam o desenvolvimento das indústrias de transformação. Entretanto, a produção agrícola tornou-se insuficiente a partir da Primeira Guerra Mundial, em virtude do crescimento contínuo da população, e o Japão precisou importar parte dos produtos alimentícios que consumia (20% em 1930).

A expansão da produção primária permitiu que se pagasse boa parte das importações necessárias ao desenvolvimento da indústria. As exportações japonesas do fim do século XIX consistiam essencialmente em sêda bruta, chá, cobre e carvão. Calcula-se que a sêda representou a terça parte do valor total das exportações de mercadorias entre 1870 e 1930. Esses recursos naturais permitiram ao Japão importar máquinas sem recorrer largamente, como a Rússia, por exemplo, ao capital estrangeiro. Antes de ser grande exportador de produtos manufaturados, exportou o Japão produtos agrícolas e matérias-primas. A sorte desse país foi industrializar-se numa época em que a procura mundial de matérias-primas aumentava rapidamente e em que o comércio internacional se desenvolvia em base multilateral e relativamente livre.

A partir da Primeira Guerra Mundial, a produção das indústrias de transformação aumentou muito mais depressa do que a produção primária (veja o quadro IV). O incremento das exportações seguiu o ritmo da industrialização.

Um dos traços característicos da evolução foi a estabilidade da população camponesa: em 1903 registraram-se 5 359 000 famílias camponesas; em 1937, estavam registradas 5 575 000 famílias. É verdade que entre as duas datas a população total passou de 46 a 71 milhões de habitantes, o que explica o crescimento, em valores absolutos, do número de camponeses.

Em conjunto, o desenvolvimento econômico do Japão foi rápido e contínuo no curso dos sessenta anos que se seguiram à revolução *Meiji*. Entre 1885 e 1935 a produção total quadruplicou;

o que representa uma taxa média anual de crescimento de 3,3%; pondo-se de parte a retardação verificada na década de 1890, o Japão não sofreu, de maneira alguma, os efeitos da depressão de 1929-1933, que paralisou a atividade econômica dos países ocidentais. A importância dos mercados internos, resultante da rápida elevação da população e da política de armamento, e os mercados externos no Extremo-Oriente explicam, em parte, a situação privilegiada da economia japonesa no correr da década de 30.

#### QUADRO IV

Índices de produção e do comércio externo  
(1910-1914 = 100)

Médias anuais	Produção primária	Produção das indústrias de transformação	Importações	Exportações
1885-1889 .....	44		16	16
1895-1899 .....	60	37	46	31
1905-1909 .....	82	69	87	61
1910-1914 .....	100	100	100	100
1915-1919 .....	121	160	124	168
1920-1924 .....	130	217	190	142
1925-1929 .....	145	313	242	217
1930-1934 .....	150	377	277	327
1936-1938 .....	178	600	347	505

Fonte: W. W. Lockwood, *The Scale of Economic growth in Japan 1868-1938*, em *Economic growth: Brazil, India, Japan*, Duke University Press, 1955, p. 143.

A elevação do produto nacional líquido por habitante dá-nos uma vaga idéia da evolução do nível de vida. Entre 1880 e 1912 o produto *per capita* aumentou cerca de 50%, ao passo que quase dobrou entre 1910 e 1937. Mas enquanto o produto total era multiplicado por 5 entre 1883-1887 e 1933-1937, o produto *per capita* apenas triplicava. Aí, mais uma vez, a pressão demográfica particularmente vigorosa fez sentir seus efeitos. Nas vésperas do segundo conflito mundial tornou-se o Japão numa das grandes potências industriais do mundo, mas sua renda *per capita* era tão-somente de 86 dólares por ano em confronto com 519 nos Estados Unidos, 465 na Grã-Bretanha, 335 na Alemanha e 260 na França<sup>(96)</sup>.

(96) W. S. WOYTINSKI e E. S. WOYTINSKI, *World Population and Production*, p. 389.

QUADRO V

Produto nacional líquido do Japão  
(Em preços constantes de 1928-1932)

Período	Produto nacional líquido (a) (em milhões de ienes)	Produto nacional líquido por habitante (ienes)	Produto nacional líquido per capita da população ativa
1883-1887	2 854	74	132
1893-1897	4 114	98	170
1903-1907	4 584	98	175
1908-1912	5 593	112	208
1913-1917	6 344	119	233
1918-1922	8 085	144	297
1923-1927	10 247	171	360
1928-1932	11 931	186	402
1933-1937	14 926	216	475

(a) Os algarismos indicam a média anual do período.

Fonte: Cálculos de Yuzo YAMADA reproduzidos por W. W. LOCKWOOD, The Scale of Economic growth in Japan 1868-1938, em *Economic growth: Brazil, India, Japan*, Duke University Press, 1955, p. 169.

QUADRO VI

Taxa de crescimento da renda nacional por decênio  
(Em preços constantes)

Períodos comparados	Renda nacional (em %)	Renda nacional por habitante (em %)	Renda nacional per capita da população ativa (em %)
1883-1892 a 1893-1902	56	40,4	41,2
1893-1902 a 1903-1912	36,6	20,6	28,1
1903-1912 a 1913-1922	35,5	19,2	30,9
1913-1922 a 1923-1932	58,1	42,3	46,8
1923-1932 a 1933-1942	54,8	37,2	41,9

Fonte: Shigeto TSURUMI et Kasushi OHJAWA, Long term changes in the national product of Japan since 1878 em *Income and Wealth*, séries III, Cambridge, Bowes and Bowes, 1953, p. 42-43.

## BIBLIOGRAFIA

## I. — ALEMANHA

- W. O. HENDERSON, *The State and the Industrial Revolution in Prussia 1740-1870* Liverpool University Press, 1958.  
— *The Zollverein*, Frank Cass, 2.ª ed., 1959.

W. FISCHER, *The German Zollverein; A case Study in Customs Union*, *Kyklos*, vol. XIII, 1960, p. 65-89.

Para o estudo da teoria econômica das uniões aduaneiras, veja:

J. VINER et J. E. MEADE, *The Customs Union Issue*, Londres, 1950.  
— *The Theory of Customs Union*, Amsterdã, 1955.

J. H. CLAPHAM, *The Economic Development of France Germany, 1815-1914*, Cambridge University Press, 1921.

W. O. HENDERSON, *The Industrial Revolution on the Continent*, Londres, Frank Cass, 1961; ver cap. III, p. 13 a 75.

W. G. HOFFMAN, *The Take-off in Germany*, em *The Economics of Take-off into sustained growth*, editado por W. W. ROSTOW, Londres, Macmillan, 1963, p. 95 a 118.

W. FISCHER, *Government activity and industrialization in Germany (1815-70)*, em *The Economics of Take-off into sustained growth*, p. 83-94.

N. J. G. POUNDS, *Economic Growth in Germany* em *The State and Economic growth*, editado por H. G. J. AITKEN, Nova Iorque, 1959.

D. LANDES, *Industrialization and Economic Development in nineteenth century Germany*, em *Les comptes rendus de la première Conférence internationale d'Histoire économique*, Paris, Mouton, 1960.

## II. — RÚSSIA

Para uma boa descrição dos fatos, veja:

W. O. HENDERSON, *The Industrial Revolution on the Continent, 1800-1914*, Londres, 1961, cap. V, p. 202-245.

H. SCHWARTZ, *Russia's Soviet Economy*, Prentice Hall, 1958, cap. II, p. 36-68.

P. J. LYASHCHENKO, *History of the National Economy of Russia*, 1949.

Para uma notável análise econômica da industrialização e do crescimento da Rússia, cumpre reportarmo-nos aos trabalhos de:

Alexander GERSCHENKRON, *Russia: Patterns and Problems of Economic Development, 1861-1958; Economic Development in Russian Intellectual History of the nineteenth century*; êsses dois artigos são reproduzidos na obra do autor: *Economic Backwardness in Historical Perspective*, Harvard University Press, 1962.

— *The early phases of Industrialization in Russia* — Contribuição de Gerschekron, na obra coletiva editada por W. W. Rostow, *The Economics of Take-off into sustained growth*, Londres, Macmillan, 1963.

G. B. CARSON Jr., *The state and Economic Development — Rússia 1890-1939*, em *The state and Economic growth*, editado por H. G. AITKEN, Nova Iorque, 1959.

## III. — JAPÃO

Ayanori OKASAKI, *Histoire du Japon: L'économie et la population*, Presses Universitaires de France, 1958.

Pierre RENOUVIN, *La question d'Extrême-Orient (1840-1940)*, Hachette, 1946.

G. C. ALLEN, *A Short Economic History of Modern Japan, 1867-1937*, Londres, pomenorizada.

Allen and Unwin, 1962, 2.ª ed. Essa obra contém uma bibliografia muito